

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014	Nota	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014	
			Ajustado	Ajustado			Ajustado	Ajustado	
ATIVO									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	5	123.074	151.690	45.961	16	171.720	212.843	250.510	
Concessionárias	6	403.570	206.565	104.080	7	17.634	22.621	39.446	
Impostos e contribuições sociais	7	8.768	2.738	26.762	17	78.631	151.821	173.739	
Estoques	11	93.223	89.333	91.438	19	5.460	8.058	7.317	
Cauções e depósitos vinculados	12	20.375	20.375	298	18	11.977	9.682	3.547	
Outros créditos	13	42.289	20.254	22.328	20	153.730	224.896	74.279	
Outros depósitos		691.299	470.580	290.867	13	80.736			
Total do Ativo Circulante		691.299	470.580	290.867		519.788	629.331	548.838	
Não circulante									
Impostos e contribuições sociais	7	5.078	4.360		16	221.618	452.766	118.827	
Tributos diferidos	8	536.690	563.306	428.104	17	2.324.114	2.344.269	2.363.358	
Cauções e depósitos vinculados	12	332	60.867	55.767	20	139.033	163.208	4.533	
Outros créditos	13	12.208	3.084	2.502	13	8.039	2.060	1.217	
Imobilizado	14	3.313.762	3.393.256	3.397.973		2.692.804	2.962.303	2.487.935	
Intangível	15	2.301	9.292	9.483	21.1	2.286.193	1.886.872	1.886.872	
		3.316.063	3.402.548	3.407.456	21.2		71.312	71.312	
		3.870.371	4.834.165	3.893.829	21.3		(59.230)	(88.091)	
Total do Ativo Não Circulante						(877.885)	(971.351)	(722.170)	
Total do Ativo Não Circulante						1.349.078	913.111	1.147.923	
TOTAL DO ATIVO		4.561.670	4.504.745	4.184.896		4.561.670	4.504.745	4.184.896	
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2015	2014
Recitas			
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	22	1.249.606	1.153.672
Custo do serviço de energia elétrica		(167.063)	(312.250)
Custo da produção da energia elétrica		(556.403)	(397.851)
Custo de operação		(121.307)	(514.002)
		(844.773)	(1.224.103)
Lucro bruto		404.833	(70.431)
Despesas e Recitas operacionais			
Despesa geral e administrativas		(19.392)	(18.535)
Depreciações e amortizações		(15.302)	(15.930)
Outras despesas e recitas operacionais		(16.639)	(1.719)
		(36.333)	(20.393)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		368.500	(90.824)
Resultado financeiro			
Recitas financeiras		209.494	27.508
Despesas financeiras		(532.271)	(308.877)
		(322.777)	(281.369)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		45.723	(372.193)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.418)	(372.193)
		(19.151)	135.943
Resultado líquido do exercício	25	(23.569)	135.943
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/líquido por ação (realizações)		22.154	(236.250)
Outros			0,01045
			(0,12521)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2015	2014
Geração do valor adicionado		
Recita operacional	1.477.531	1.496.000
Recita relativa à produção de ativos próprios	1.396.523	1.296.364
	80.978	199.636
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(759.418)	(1.258.410)
Custos da energia comprada	(103.914)	(263.578)
Encargos de uso da rede elétrica	(63.149)	(58.672)
Materiais	(26.597)	(22.595)
Matéria-prima e insumos para produção energia elétrica	(556.403)	(397.851)
Serviços de terceiros	(118.639)	(187.914)
Outros custos operacionais	102.284	(937.800)
Valor adicionado bruto	718.113	237.590
Retenções		
Depreciações e amortizações	(154.067)	(136.808)
Valor adicionado líquido produzido	564.046	100.782
Valor adicionado recebido em transferência		
Recitas financeiras	210.170	27.508
Valor adicionado total a distribuir	774.216	128.290
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	25.820	23.481
Benefícios	6.321	7.694
FGTs	2.415	2.375
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	185.616	2.619
Estaduais	12.954	11.241
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	532.271	308.877
Aluguéis	6.165	8.253
Lucro líquido/prejuízo do exercício	772.062	364.540
	22.154	(236.250)
	774.216	128.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013					
Prejuízo do exercício				(236.250)	(236.250)
Outros resultados abrangentes			21.771		21.771
Hedge de fluxos de caixa			(7.402)		(7.402)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(73.722)		(73.722)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.886.872	71.312	(88.091)	(945.863)	1.160.480
Saldos em 31 de dezembro de 2014					
Ajustes de exercícios anteriores				(945.863)	(945.863)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.886.872	71.312	(73.722)	(945.863)	938.599
Integralização de capital social - AGE 15/05/2015				(25.489)	(25.489)
Lucro líquido do exercício				(971.351)	(971.351)
Destinação do lucro				22.154	22.154
Reserva de retenção de lucros				71.312	71.312
Outros resultados abrangentes					
Hedge de fluxos de caixa		(71.312)			
Imposto de renda e contribuição social diferidos				21.958	21.958
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.286.193	-	(99.230)	(877.885)	1.349.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Companhia ou Energia Pecém) possui autorização para a construção e operação de uma usina termelétrica a carvão mineral instalada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, Estado do Ceará, com capacidade instalada de geração de 720 MW(*). Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, conforme Portaria nº 296, de 27 de junho de 2008, do Ministério de Minas e Energia.

1.1 Concessão

Em 16 de outubro de 2007, a Energia Pecém vendeu 615 MW no leilão A-5, realizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com prazo de fornecimento de 15 anos. Estas vendas foram homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL na referida data.

Usina Termelétrica	Estado	Modalidade	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Concessão	
UTE - Porto do Pecém I	CE	Produtor Independente	Autoregulação	(MW) (l)	Início	Término
			720,3	646,3	01/07/2008	01/07/2043

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

A primeira usina geradora da Energia Pecém começou a fornecer energia ao Sistema Interligado Nacional - SIN em 15 de outubro de 2012, em caráter de testes, sendo que em 1º de dezembro de 2012 foi recebida autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial de sua primeira unidade geradora, com capacidade instalada de 360 MW(*). A segunda usina geradora recebeu em 10 de maio de 2013 autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial com capacidade instalada restrita a 240 MW(*), ficando a Companhia responsável por recomprar este lastro, porém em 29 de junho de 2013 a segunda unidade obteve direito em disponibilizar ao SIN a sua capacidade operacional plena de 360 MW(*).

1.2 Licenças Ambientais

Em 28 de dezembro de 2012, a Energia Pecém obteve da Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará - SEMACE, a Licença de Operação nº 1.062/2012 (renovação), com validade até 28 de dezembro de 2015, para a construção e operação da UTE a carvão mineral pulverizado com geração de 720 MW(*) de energia no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP no Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará. Em 31 de dezembro de 2015 a licença encontra-se em processo de renovação junto a SEMACE.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos títens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia realiza as estimativas e premissas pelo menor trimensalmente, exceto quanto ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais às demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 8); Recuperação dos ativos (impairment) (Nota 14); Provisões (Nota 20); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1.3).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente (Nota 6). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia observar que houve indicação de que um valor possa ter sofrido desvalorização no valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procederá o teste de recuperabilidade dos ativos.

Quando tais evidências não identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.7 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

2.7.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)
A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 incluindo principalmente: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros; e (ii) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" para alguns instrumentos de dívida simples.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)
Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma enfatiza o reconhecimento da receita como transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. A IFRS 15 substituiu o CPC 30 (R1) - "Receitas de Contratos" e CPC 31 (R1) - "Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas".

A Administração da Companhia acredita que a IFRS 9 e a IFRS 15 possuem gerado nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

2.7.2 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2015
A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 02/2014, emitidas pelo CPC. As seguintes normas revisadas não refletem impactos nas demonstrações financeiras: (i) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (IAS 38); (ii) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24); (iii) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2); (iv) CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3); (v) CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8); (vi) CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37); (vii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1); (viii) CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16); (ix) CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40); (x) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19); (xi) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39); e (xii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32).

3 Representações dos exercícios anteriores

As demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2014 estão sendo representadas, para melhor apresentação dos saldos, conforme demonstrado abaixo:

(i) A partir de 1º de janeiro de 2015, passou a vigorar o novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MOSE estabelecido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 49/14. Algumas alterações foram introduzidas neste novo manual, dentre elas, a rubrica de Partes relacionadas foi editada sendo seus valores reclassificados no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Fluxo de Caixa para as rubricas Empréstimos e Financiamentos, Outros créditos e Outras contas a pagar.
(ii) Em maio de 2011 a Companhia contratou consultoria especializada em levantamento de ativos do setor elétrico para realização de trabalho de levantamento físico e contábil de sua base de ativos. Como resultado dos trabalhos foram apresentadas melhorias na identificação e classificação dos ativos, em conformidade com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MOPSE. Estas reclassificações entre as classes de ativos geraram ajustes nas taxas de recuperação dos bens, com impacto negativo de R\$6.247 na rubrica de Imobilizado, impacto positivo de R\$7.729 na rubrica de Intangível e de R\$13.130 na rubrica de Tributos Diferidos, e impacto negativo de R\$25.488 no Patrimônio líquido.
(iii) O montante de R\$380.290 anteriormente classificado na rubrica de Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp passou a ser apresentado na rubrica de Provisões.
(iv) O montante de R\$65.392 anteriormente classificado na rubrica de Instrumentos financeiros derivativos no Ativo Circulante passou a ser apresentado na rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida no Passivo circulante.

3.1 Balanço Patrimonial

	31/12/2014			2014	
	Publicado	Representação para melhor apresentação		Saldos ajustado	Publicado
ATIVO					
Circulante					
Despesas pagas antecipadamente	5.949	(5.949)	-	5.949	(5.949)
Instrumentos financeiros derivativos	65.392	(65.392)	-	65.392	(65.392)
Outros créditos	14.305	5.949	20.254	14.305	5.949
Total do Ativo Circulante	83.577	(65.392)	470.580	83.577	(65.392)
Não circulante					
Partes relacionadas	3.084	(3.084)	-	3.084	(3.084)
Tributos diferidos	550.176	13.130	563.306	550.176	13.130
Outros créditos	3.084	3.084	3.084	3.084	3.084
Outros créditos	3.439.603	(46.347)	3.393.256	3.439.603	(46.347)
Intangível	1.563	7.729	9.292	1.563	7.729
Total do Ativo Não circulante	4.059.653	(25.488)	4.034.165	4.059.653	(25.488)
PASSIVO					
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	179.536	(27.715)	151.821	179.536	(27.715)
Instrumentos financeiros derivativos	37.677	(37.677)	-	37.677	(37.677)
Provisões	222.023	(222.023)	224.819	222.023	(222.023)
Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp	222.023	(222.023)	-	222.023	(222.023)
Total do Passivo Circulante	694.723	(65.392)	629.311	694.723	(65,392)
Não circulante					
Fornecedores	-	452.766	452.766	-	452.766
Empréstimos e financiamentos	1.888.361	455.908	2.344.269	1.888.361	455.908
Instrumentos financeiros derivativos	93.446	(93.446)	-	93.446	(93.446)
Partes relacionadas	817.286	-	817.286	817.286	-
Provisões	4.941	158.267	163.208	4.941	158.267
Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp	158.267	(158.267)	-	158.267	(158.267)
Outras contas a pagar	2.060	2.060	2.060	2.060	2.060
Total do Passivo Não circulante	2.962.303	-	2.962.303	2.962.303	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Prejuízos acumulados	(945.863)	(25.488)	(971.351)	(945.863)	(25.488)
Total do Patrimônio Líquido	938.599	(25.488)	913.111	938.599	(25,488)

3.2 Demonstração do Fluxo de Caixa

	2014	
	Publicado	Representação para melhor apresentação
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	247.593	33.177
Provisão (reversão) - Ressarcimento por Indisponibilidade - Adomp	62.307	260.442
Total	290.119	293.619

(Aumento) diminuição de ativos operacionais

Outros ativos operacionais	8.019	(582)	7.437
Total	(39.299)	(582)	(39.881)

Aumento (diminuição) de passivos operacionais

Fornecedores	75.074	97.549	172.623
Provisões - Ressarcimento por Indisponibilidade	309.699	49.257	45.257
Outros passivos operacionais	361.816	(76.490)	285.326
Total	388.824	216.547	603.671

Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimento	(582)	582	-
Total	(200.218)	582	(199.636)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Partes relacionadas	217.129	(217.129)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(82.877)	(217.129)	(300.006)

4. Eventos significativos no exercício

4.1 ANEEL aprova pleito para recálculo do ressarcimento de energia
Em 10 de fevereiro de 2015 a ANEEL, por meio do Despacho nº 302, proferiu decisão favorável ao pedido de reconsideração do cálculo de ressarcimento por indisponibilidade decorrente da energia não gerada pela Companhia. O cálculo considerava o Fator de Indisponibilidade - FID com base na capacidade instalada de 720 MW, enquanto os testes UG01. Com a decisão, o recálculo do ressarcimento de energia não gerada pela Companhia, no âmbito do Ambiente Regulado - CCEAR. O recálculo é retroativo desde a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora (UG01) em dezembro de 2012 e da segunda unidade geradora (UG02) em maio de 2013 e gerou um impacto positivo de R\$10.946 no resultado do exercício em Gastos operacionais, na rubrica de Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp.

4.2 ANEEL aprova pleito para recálculo do consumo interno
Em 17 de março de 2015, foi publicado o Despacho nº 689, no qual a ANEEL proferiu decisão favorável a pedido de reconsideração do cálculo do consumo interno da Companhia no período de cálculo lido como base de teste UG01. Com a decisão, o recálculo do consumo interno da Companhia, no âmbito do Ambiente Regulado - CCEAR. O recálculo é retroativo desde a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora (UG01) em dezembro de 2012 e da segunda unidade geradora (UG02) em maio de 2013. O fator de perdas internas (consumo interno) do longo prazo para abastecimento da garantia física passou de 3,65% para 2,74% (referência 2014) e de 4,82% para 4,21% (referência 2015), gerando um impacto positivo de R\$27.807 no resultado do exercício em Gastos operacionais, na rubrica de Ressarcimento por indisponibilidade.

5 Bancos contábeis
Bancos contábeis movimentados e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a operações em fundos de investimentos, composto por títulos de emissão do Tesouro Nacional e do Mercado Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou operações compromissadas listadas nestes títulos, remunerados à taxa média de 98,28% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitam tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme política da Administração, as aplicações são consolidadas por compartimento e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

10 Remuneração dos administradores

10.1 Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia referente aos exercícios fimos em 31 de dezembro (em R\$)

	2015			
	Diretoria Estatutária	Proporção (%)	Total	Proporção (%)
Número de membros (I)	1,58 (*)	100%	1.019.983	100%
Remuneração Fixa (em R\$)	1.019.983	100%	1.019.983	100%
Salário ou pró-labore	755.965		755.965	
Benefícios diretos e indiretos (II)	52.348		52.348	
Encargos sociais	211.670		211.670	
Valor total da remuneração	1.019.983	100%	1.019.983	100%

(*) Até fevereiro de 2015, das 4 posições da Diretoria Estatutária, apenas 2 membros eram remunerados. A partir de março de 2015, das 4 posições da Diretoria Estatutária, 3 membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros da Diretoria Estatutária é de até R\$1.681.880,00 para o período de abril de 2015 a março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 22 de abril de 2015.

(II) O número de membros foi calculado em conformidade com o Ofício Circular/CVM/SEP/nº 02/2015, que corresponde a média anual dos membros remunerados. Esta média contempla a substituição de membros.

(III) Foram considerados os benefícios de: Vale Alimentação, Medicamentos, Seguro Saúde, Assistência Odontológica e Seguro de Vida.

10.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal referente aos exercícios fimos em 31 de dezembro (em R\$)

	2015
	Diretoria Estatutária
Número de membros (*)	1,58
Valor da maior remuneração individual	1.019.983
Valor da menor remuneração individual	670.575
Valor médio da remuneração individual	644.200

(*) Refere-se a quantidade média de membros no exercício.

11 Estoques

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Matéria-Prima e Insumos Produção Energia	11.1	26.050	23.601
Material de almoxarife		19.030	17.266
Resíduos e sucatas	11.2	48.143	48.144
Outros			322
Total		93.223	89.333

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura, estilo classificados na rubrica de Imobilizado em curso (Nota 14).

11.1 Matéria-Prima e Insumos Produção Energia

Do montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$26.050 (R\$23.601 em 31 de dezembro de 2014), R\$22.378 (R\$20.404 em 31 de dezembro de 2014) refere-se ao carvão utilizado na produção de energia. O saldo remanescente é composto por diesel, produtos químicos e sal.

11.2 Resíduos e sucatas

O saldo desta rubrica refere-se ao valor residual do gerador danificado, baixado da rubrica do Imobilizado, no qual foi substituído em 2014. O processo está aguardando a regulação do sinistro junto a seguradora.

12 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante	Não Circulante
	31/12/2015	31/12/2015
Depósitos judiciais		332
Cauções e depósitos vinculados	20.375	60.547
Total	20.375	60.879

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados refere-se, basicamente, a parte das aplicações financeiras da Companhia mantidas em conta de reserva, em cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 09 de Julho de 2009 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, constituída como parte das garantias desse contrato (Nota 17). A Companhia efetua o depósito mensal de 1/6 do valor da parcela como garantia do pagamento.

13 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não Circulante	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		24.884	13.712		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9	1.495		3.084	
Despesas pagas antecipadamente		15.741	5.949		
Outros		169	593	12.208	
Total		42.289	20.254	12.208	3.084
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento			870		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			8.039	2.060
Adiantamento de sinistros	13.1	78.804			
Outros			1.062		
Total		80.736	-	8.039	2.060

13.1 Adiantamento de sinistros

Refere-se ao recebimento de parte do sinistro relativo aos custos de reposição do gerador danificado em 2014, além de indenização por lucros cessantes. O processo encontra-se em regulação do sinistro e estes não são valores finais.

14 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescido de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados e pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009, atualizadas pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. Posteriormente, em 11 de agosto de 2015 foi publicada a Resolução nº 674 que aprova o MCPSE que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2016 que tem como propósito aprimorar o controle patrimonial através de acréscimos nas tabelas de atributos técnicos e a inclusão de equipamentos específicos para que se pudesse alcançar as novas tecnologias utilizadas pelo Setor. Sobre a vida útil dos bens e instalações, apesar de a tabela contendo as taxas de depreciação fazer parte do MCPSE, a referida regulamentação não tratou da revisão das vidas úteis, dado a especificidade, a mesma deverá ser tratada em outro momento, conforme Nota Técnica nº 211/2015 - SFF/ANEEL, de 31 de julho de 2015. A Administração entende que essas taxas refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos da Companhia.

Para os imobilizados cujo o valor residual ultrapassa o prazo final de autorização, as taxas de depreciação são ajustadas para que todos os imobilizados sejam depreciados dentro deste período.

17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2015		31/12/2014		Total										
								Encargos		Encargos												
								Garantias	Circulante	Principal	Não circulante		Garantias	Circulante	Principal	Não circulante						
Moeda nacional																						
EDP - Energias do Brasil S.A.	197.872	24/09/2012	24/09/2012 a 09/12/2015	Contrato de mútuo		105% do CDI				212.247	212.247	181.231	181.231									
Eneva S.A.	197.872	24/09/2012	24/09/2012 a 15/05/2015	Contrato de mútuo		105% do CDI						181.231	181.231									
BNDIS	1.410.000	10/06/2009	09/07/2009 a 15/06/2028	Implantação da usina termelétrica Pácer I	(i) índice passivo por patrimônio líquido máximo de 0,75 a 0,25, e 2,77% a.a. acima da T.J.P.		Principal e juros mensais			4.710	118.897	1.129.521	1.253.128	4.539	118.472	1.243.954	1.366.965					
(-) Custo de Transação		10/06/2009	09/07/2009 a 15/06/2028					(1.237)	(5.607)	(6.844)				(1.360)	(6.844)	(8.204)						
								4.710	117.660	1.336.161	1.458.531	4.539	117.112	1.599.572	1.721.223							
Moeda estrangeira																						
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	USD 327.000	10/07/2009	10/07/2009 a 15/05/2028	Implantação da usina termelétrica Pácer I	(i) índice passivo por patrimônio líquido máximo de 0,75 a 0,25, e 3,50% a.a	Labor 6M + 5% a.a.	Principal e juros semestrais							4.362	91.610	887.261	983.233	3.148	57.984	665.867	726.999	
(-) Custo de Captação		10/07/2009	15/05/2028					(2.966)	(11.650)	(14.616)				(3.247)	(14.616)	(17.863)						
								4.362	88.644	875.611	968.617	3.148	54.737	651.251	709.136							
Derivativos																						
Banco Citibank	16/10/2007	16/10/2007 a 01/10/2017	Hedge frente ao financiamento do BID			Swap Labor 6M para pré 5,79% e 5,82% a.a.	Conforme fluxo de pagamento de juros da dívida protegida	Fiança Corporativa	47.434	112.342	159.776			37.677	93.446	131.123						
Banco Citibank	13/11/2014	13/11/2014 a 15/05/2015	Hedge frente ao financiamento do BID			BRL/USD 2.839%; BRL/USD 3,3529	Em parcela única no final do contrato	Fiança Corporativa	(78.340)		(78.340)			(18.480)		(18.480)						
Banco HSBC	15/05/2015	15/05/2015 a 16/05/2016	Hedge frente ao financiamento do BID			BRL/USD 3,3527	Em parcela única no final do contrato	Fiança Corporativa	(38.064)		(38.064)			-		-						
Goldman Sachs	15/05/2015	15/05/2015 a 16/05/2016	Hedge frente ao financiamento do BID			BRL/USD 3,3541; BRL/USD 2,6911	Em parcela única no final do contrato	Fiança Corporativa	(28.523)		(28.523)			(15.358)		(15.358)						
BTG Pactual	13/11/2015	13/11/2015 a 16/11/2016	Hedge frente ao financiamento do BID			BRL/USD 2,839%; BRL/USD 3,3529	Em parcela única no final do contrato	Fiança Corporativa	(39.252)		(39.252)			(31.554)		(31.554)						
Total								9.072	69.559	2.324.114	2.402.745	7.687	144.134	2.344.269	2.496.000							

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

17.2 Mutuação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Valor líquido em 31/12/2014	Paga-mentos	provisão_nados	Tranfe-rências	Ajuste de mercado	Amortização do valor de transação	Variação do custo monetária	Reclas-sificação	Valor líquido em 31/12/2015
Circulante									
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas									
Principal	176.456	(193.011)		164.149		62.913		210.507	
Juros	7.687	(143.000)	142.253			2.132		9.812	
Custo de transação	(4.607)		(4.203)		4.607			(4.203)	
Swap	(27.715)	112.236	142.253	159.946	(221.266)	4.607	65.405	-	78.631
Não circulante									
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas									
Principal	2.272.283	(194.530)	34.355	(164.149)		271.064	10.006	2.229.029	
Custo de transação	(21.460)		4.203					(17.257)	
Swap	93.446			18.896				112.342	
Total	2.344.269	(194.530)	34.355	(159.946)	18.896	-	271.064	10.006	2.344.114

O pagamento no Não circulante de R\$194.530, no montante líquido de IRRF de R\$188.281, refere-se a capitalização do saldo de mútuo com a ENEVA S.A. (Nota 4.4).

14.1 Composição do imobilizado

	31/12/2015				31/12/2014			
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Gerção								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	216.240	(22.086)	194.154	3,33	216.240	(14.822)	201.318
Máquinas e equipamentos	3,89	3.371.933	(421.810)	2.950.123	3,89	3.360.538	(272.184)	3.088.354
Veículos	14,29	1.069	(537)	532	14,29	9.188	(2.735)	6.453
Móveis e utensílios								
		3.589.242	(444.433)	3.144.809		3.585.966	(289.841)	3.296.125
Sistema de Transmissão e Conexão								
Máquinas e equipamentos	2,50	24.740	(2.481)	22.259	2,50	24.740	(1.676)	23.064
		24.740	(2.481)	22.259		24.740	(1.676)	23.064
Administração								
Máquinas e equipamentos	11,46	2.646	(764)	1.882	11,46	11.404	(2.172)	9.232
		2.646	(764)	1.882		11.404	(2.172)	9.232
Total do imobilizado em serviço		3.616.628	(447.678)	3.168.950		3.622.110	(293.689)	3.328.421
Imobilizado em curso								
Gerção								
Total do Imobilizado em curso		144.812	-	144.812		64.835	-	64.835
		3.761.440	(447.678)	3.313.762		3.686.945	(293.689)	3.393.256

Para o exercício fimo em 31 de dezembro de 2015 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015, a Administração julga que o valor contábil líquido dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

14.2 Mutuação do imobilizado

	31/12/2014		31/12/2015					
	Valor líquido em 31/12/2014	Ajustado	Adições	Imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2015
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	201.318				(5.244)		(1.920)	194.154
Máquinas e equipamentos	3.120.650		943		(148.905)	(6.933)	6.509	2.974.264
Veículos	6.453				(1.531)		(4.360)	532
Total do imobilizado em serviço	3.328.							

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As curvas futuras dos indicadores financeiros T.L.P. Dólar e Libor-6M estão de acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

27.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem seu avançamento operacional. Essa premissa é afirmada quando observam-se as características das captações efetuadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), Concessionárias (Nota 6) e Cauções e depósitos vinculados (Nota 12). A Companhia em 31 de dezembro de 2015 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos a rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a Juros futuros e, conseqüentemente, não contabilizados, encontram-se demonstrados na nota 28.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Table with 7 columns: 2015 (Até 1 mês, 3 meses, De 1 a 5 anos, Mais de 5 anos), Total. Rows: Passivos Financeiros, Fornecedores, Outras contas a pagar - partes relacionadas, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, Derivativos, Ressarcimento por indisponibilidade.

27.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações relacionadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controle a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A Companhia não utiliza aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliadas por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

Segue abaixo quadro contendo as principais informações a respeito dos derivativos da Companhia:

Table with columns: Descrição, Contraparte, Início, Vencimento, Posição, Nacional USD, Nacional RS, Valor Justo, Efeitos no Resultado. Rows: Swap Ativo Passivo, NDfs Compra Venda, 28 Compromissos contratuais e Garantias 28.1 Compromissos contratuais.

27.3 Contabilidade de hedge (hedge accounting)

A Companhia passou a qualificar desde 2011 determinados instrumentos financeiros para a contabilidade de cobertura (hedge accounting). Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos:

- (i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
(ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
(iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;
(iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de hedge accounting;
(v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.

A Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como hedge de cobertura são registrados como para negociação.

• Cobertura de fluxos de caixa

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido - na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade.

Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo no balanço, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura espira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data matem-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de Patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

• Efetividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a Companhia executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e retroativamente de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

• Desreconhecimento

Instrumentos financeiros são baixados desde que os dados contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento ou entrega de caixa ou título patrimonial. Para essa situação à Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem. Em 1º de abril de 2011, a Companhia adotou metodologia de hedge accounting tendo como item objeto os contratos de swaps. Por se tratar de hedge accounting classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MM (mark-to-market), líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo. A diferença entre o valor justo e a taxa liber é a parcela inefetiva e, por consequência, é reconhecida no resultado.

Em 2013, conforme a política de hedge da Energia Pecém, durante os testes de efetividade executados periodicamente verificou-se que, desde abril de 2013 para o Swap Tranche B e desde julho de 2013 para o Swap Tranche A, os swaps tornaram-se inefetivos devido ao comportamento das curvas futuras de mercado utilizadas para o cálculo do MM, sendo os efeitos destas operações registrados no resultado desde respectivas datas.

Os impactos dos ganhos e perdas desta transação de hedge accounting nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram os seguintes:

Table with 4 columns: Resultado, Patrimônio Líquido, 2015, 2014, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows: Riscos cambiais, Riscos de taxas de juros e moeda, Total.

Table with columns: Descrição, Contraparte, Início, Vencimento, Posição, Nacional USD, Nacional RS, Valor Justo, Efeitos no Resultado. Rows: Swap Ativo Passivo, NDfs Compra Venda, 28 Compromissos contratuais e Garantias 28.1 Compromissos contratuais.

28 Compromissos contratuais e Garantias

28.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o curso normal da atividade operacional da Companhia, incluindo aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustadas ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

Table with columns: 31/12/2015, 31/12/2014. Rows: Responsabilidades com locações operacionais, Obrigações de compra, Materiais e serviços, Juros vincendos de empréstimos e financiamentos.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas de indexação na data base de 31 de dezembro de 2015, ou seja, não descontados a valor presente.

Table with columns: 31/12/2015, 31/12/2014. Rows: Responsabilidades com locações operacionais, Obrigações de compra, Materiais e serviços, Juros vincendos de empréstimos e financiamentos.

28.2 Garantias

Table with columns: Tipo de garantia oferecida, Modalidade, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows: Depósito Caução, Fiança Bancária, Fiança corporativa, Recebíveis, Notas Promissórias, Proton de Ações, Seguro garantia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Table with 6 columns: Name, Position. Rows: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas (Presidente), Luiz Otávio Assis Henriques (Vice-Presidente), Henrique Manuel Faria Lima Freire (Conselheiro), Carlos Emanuel Baptista Andrade (Conselheiro), Miguel Ceiso Mateos Valles (Conselheiro), Álvaro Jorge Guerreiro de Souza (Conselheiro).

DIRETORIA

Table with 4 columns: Name, Position. Rows: Luiz Otávio Assis Henriques (Diretor-Presidente), Stella Maris Moreira Fuão (Diretora Administrativa e Financeira), Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho (Diretor de Construção e Operação), Leonardo Nery dos Santos (Gerente de Controladoria), Francisca Monica dos Santos Gomes (Controladora - CRC 10182/O-0).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Porto do Pecém Geração de Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. em

31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de março de 2016



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 25000160/5-S-5/CE

Valdir Renato Coscodani Socio Controlador CRC-ISP 165875/T-4-S-5/CE